

CIP tentará ...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

ele participou, juntamente com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de uma reunião, no Ministério, com os presidentes do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, e do Banco do Brasil, Oswaldo Colín, além dos diversos diretores de ambas as instituições.

O pacote está praticamente amarrado, faltando ainda alguns detalhes que estavam sendo concluídos no final da noite de ontem, para ser apreciado pelos conselheiros hoje pela manhã. Algumas importantes movimentações, entretanto, ainda aconteciam ontem em Brasília, como o encontro do ministro do Planejamento com parlamentares do PDS e mais um contato entre Delfim, Galvêas e Kafka. Chamados para uma rápida participação no encontro com os parlamentares, os assessores da Seplan, Akihiro Ikeda, João Batista de Abreu e Carlos von Doellinger levaram, a pedido de Delfim Netto, um documento sobre "política salarial", cujo teor não foi revelado.

A questão da desindexação da economia, particularmente o expurgo dos aumentos (que serão anunciados nos próximos dias) do INPC tem, dentro do governo, visões diferentes. Enquanto no Ministério da Fazenda, importante fonte dizia a este jornal que, sem a desindexação, "as medi-

das que serão tomadas funcionarão mal e provocarão uma recessão mais brutal", na Seplan, assessores de Delfim Netto contrargumentavam que a desindexação viria punir, mais uma vez, os assalariados, enquanto as medidas delineadas com a amarração do controle de preços fará com que os sacrifícios recaiam sobre outros setores que não os trabalhadores.

Langoni, indagado sobre a dependência do sucesso do pacote à sua proposta de livre negociação salarial, respondeu: "Vamos ver". Ao sair do Ministério da Fazenda, evitando qualquer contato com a imprensa, ele deu apenas esta resposta e, às pressas, bateu a porta do carro.

"Foi uma decisão puramente política", comentou a fonte do Ministério, explicando que "economistas de direita e de esquerda vêm defendendo a desindexação e somente quem não entende bem o funcionamento do sistema econômico é que está contra".

A missão do FMI, que chega ao Brasil na segunda-feira, chefiada por Horst Struckmeyer e com a participação do diretor do Fundo para o Hemisfério Ocidental, Eduardo Wiesner, não deverá encontrar muitos problemas na avaliação do pacote, já que a vinda antecipada de Alexandre Kafka — que participou das reuniões conclusivas para a elaboração das medidas — facilita bastante essa tarefa.

CIP tentará compensar a indexação

por Cláudia Safatle
de Brasília

A sociedade como um todo, especialmente os trabalhadores, escaparam da desindexação. Para os empresários, porém, haverá um novo aperto. O governo pretende substituir o expurgo dos aumentos do trigo e petróleo do INPC por uma política mais rigorosa de controle dos preços, através de uma "boa reavaliação" da Portaria nº 13, do Conselho Interministerial de Preços (CIP).

Segundo Milton Dallari, secretário de Abastecimento e Preços da Seplan, a intenção do governo é baixar o teto de reajuste de preços, atualmente permitido pela Portaria nº 13, de 90% da variação das ORTN para algo em torno de 80%. Há, também, a possibilidade, segundo outra fonte da Seplan, de excluir alguns setores da listagem dos quase duzentos incluídos na Portaria, concentrando os esforços nas áreas monopolizadas e oligopolizadas.

Todo o pacote de medi-



Alexandre Kafka

das — cuja maior parte será aprovada hoje e o restante na semana que vem — para reduzir o déficit público dará ao governo uma certa margem de manobra para renegociar as metas trimestrais com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entre as principais medidas que serão apreciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) estão:

- Aumento dos juros subsidiados ao crédito agrícola e à exportação e redução do IOF nas operações de crédito.

- Taxação de 4% nas operações do "open market".

- Antecipação do IR das instituições financeiras e aumento de 10% na tributação dos rendimentos de capital.

- Redução do subsídio do trigo; o aumento dos combustíveis já foi anunciado ontem (ver ao lado).

- Aumento do recolhimento compulsório dos bancos sobre depósitos a vista.

Apesar dessas medidas, "jamais atingiremos os Cr\$ 8,8 trilhões calculados para o déficit público para este ano pelo FMI", assegurou uma importante fonte da Seplan, que está participando diretamente nos cálculos dos efeitos das medidas que serão anunciadas pelo CMN, na reunião de hoje às 10 horas da manhã, e, também, dos cortes nas empresas estatais e aumentos de preços, que serão divulgados nos próximos dias.

(O ministro Delfim Netto disse ontem ao deputado Prisco Vianna, secretário geral do PDS, que "as medidas são absolutamente necessárias, mas não são suficientes" para salvar o País da crise. Para isso, segundo Vianna, o ministro considera necessário desindexar inclusive os salários.)

Mas "as medidas, sem a menor dúvida, agradam ao FMI", afirmou ao repórter Severino Góes Alexandre Kafka, diretor executivo do Fundo, que representa o Brasil e os votos de mais oito países da América Latina e Caribe.

Com as providências tomadas após mais de quinze dias de intensas reuniões, o déficit público cairá em Cr\$ 3 trilhões neste ano e em Cr\$ 5 trilhões em doze meses, mas não baixará para menos do que Cr\$ 12 trilhões, aproximadamente, segundo cálculos preliminares efetuados pelos assessores do ministro Delfim Netto, do Planejamento.

A desindexação foi considerada politicamente inaceitável. "Aliás, o Fundo nunca impôs uma desindexação salarial, porque o FMI, como uma instituição internacional, não mexe num assunto tão politicamente explosivo", argumentou Alexandre Kafka.

(Continua na página 7)